



**INTERVENÇÃO DO MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA NO SEMINÁRIO  
“MOBILIDADE ATIVA: FUTURO EM SEGURANÇA”**

Lisboa, 17 de janeiro de 2023

Começo por cumprimentar,

A Senhora Secretária de Estado da Proteção Civil,

A Senhora Vice-Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, na  
pessoa de quem cumprimento todos os funcionários desta importante estrutura.

O Senhor Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

O Senhor Presidente do INEM.

O Senhor Diretor Nacional Adjunto da Polícia de Segurança Pública.

O Senhor Diretor Adjunto da Polícia Judiciária.

O Senhor Chefe de Divisão de Trânsito e de Segurança Rodoviária do Comando  
Operacional da Guarda Nacional Republicana.

Representantes das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Representantes das Comunidades Intermunicipais e dos Municípios.

Cumprimento ainda todos os conferencistas e convidados.

Demais entidades que aqui se encontram, permitam-me que aqui saúde de uma  
forma especial aquele que foi o primeiro presidente da Autoridade Nacional de  
Segurança Rodoviária. Quero agradecer-lhe a disponibilizar para estar connosco  
e para poder contribuir para uma abordagem mais integrada, sustentada no que



respeita à segurança e às condições em que todos procedemos à nossa mobilidade. Muito obrigado pela sua presença e pela disponibilidade para colaborar connosco.

Mobilidade Ativa e o Futuro em Segurança são os objetivos desta reflexão que hoje nos trazem aqui a todos.

Gostaria de começar por agradecer a presença de todos os que nos acompanham, quer presencialmente neste espaço também ele relacionado com a função histórica relacionada com a mobilidade, quer com as relações diplomáticas, como nos explicava o diretor deste espaço, a quem agradeço uma vez mais a disponibilidade para aqui podermos realizar esta iniciativa. Mas também saudar aqueles que nos acompanham e participam neste seminário à distância, por via *streaming*.

Um agradecimento particular a todas e a todos os que se disponibilizaram para intervir nos diferentes painéis e para moderar os mesmos.

A segurança rodoviária, como de resto tantas outras áreas da nossa ação governativa, enfrentam hoje novos e complexos desafios.

Um deles tem muito que ver com o facto de o país, a Europa e o Mundo terem estado durante 2 anos confinados. O desconfinamento e a retoma da nossa socialização coletiva têm também efeitos na forma como nos reencontramos com a vida concreta do quotidiano.



Ao longo dos últimos anos assistimos ao surgimento do fenómeno associado aos novos meios de mobilidade, fazendo estes já parte do nosso quotidiano, sobretudo para quem se move nas cidades e nos espaços urbanos.

Esta não é, naturalmente, a principal preocupação da segurança rodoviária, mas assume-se como uma dimensão que não deve ser ignorada e que deve ser analisada naquele que é o contexto maior e mais global da segurança rodoviária.

A mobilidade ativa comporta inúmeras vantagens e benefícios, desde logo benefícios ambientais, sociais, económicos e muito particularmente para a saúde.

Mas, também o sabemos, a par destas vantagens, surgem riscos para os utilizadores e utentes do espaço público.

Com este Seminário pretendemos, acima de tudo, perceber melhor a tendência, perceber os seus impactos, perceber como podemos criar condições para o são convívio entre os utilizadores do ambiente rodoviário e para isso importa dialogar, ouvir as diferentes perspetivas e definir o melhor caminho para um futuro, efetivamente, em segurança.

Sabemos mesmo que há quem pretenda acelerar a regulação, mas deveremos evitar precipitações nesta como em todas as matérias que dizem respeito às nossas liberdades, aos direitos e às garantias dos cidadãos. Tomar decisões refletidas e ponderadas deve ser mesmo a primeira preocupação numa área tão importante como é a da Administração Interna.



Queremos contribuir para termos espaços urbanos modernos, saudáveis, sustentáveis, onde verdadeiramente o espaço público seja apropriado para os cidadãos e que seja no espaço público que também se concretize a nossa vida democrática.

Nos últimos anos é notório o aumento da utilização dos veículos de mobilidade ativa nas cidades portuguesas, sendo que, com a sua expansão, surgiram novos problemas de circulação para todos aqueles que utilizam a via pública e o espaço público. A utilização por vezes imprudente e a inexistência de normas próprias representam problemas a vários níveis:

*Ao nível da **segurança rodoviária**, propriamente dita.*

*Ao nível de **saúde pública**, tai são hoje as necessidades de intervenção dos próprios serviços de saúde e hospitalares para apoiar aqueles que são vítimas de acidentes.*

*Mas também ao nível da própria **mobilidade dos peões**, particularmente as maiores dificuldades para os cidadãos com mobilidade reduzida, invisuais, entre outros que são também confrontados com estas novas formas de mobilidade.*

Embora tenham sido recentemente divulgados alguns números associados à sinistralidade envolvendo a utilização de veículos de mobilidade ativa, sabemos que os atuais registos poderão estar subvalorizados face à realidade, estimando-se que o número de pessoas intervenientes em acidentes e o número de feridos possa ser significativamente superior àquele que é contabilizado pelas nossas autoridades, pois muitos acidentes acabam por não ser reportados pelos seus intervenientes às forças de segurança aquando do sinistro, nem pelas unidades hospitalares que prestam os respetivos cuidados médicos. A ausência dessa



informação assume especial importância em virtude de impedir a existência de um conhecimento real e mais profundo da sinistralidade rodoviária envolvendo estes veículos.

Precisamos, pois, de trabalhar em diferentes dimensões e em simultâneo para que o ambiente rodoviário possa ser mais seguro. Para tal, precisamos de Veículos Seguros, de Infraestruturas Seguras, de Utilizadores Seguros e conscientes das suas responsabilidades, de Velocidades Seguras e de Melhores cuidados pós-acidente/Respostas mais céleres Pós-acidente. Torna-se assim necessário existir uma visão holística, sistémica, assente numa diversidade de medidas a vários níveis e sem que se perca a concentração no essencial, que é a segurança das pessoas.

O Governo por intermédio da Senhora Secretária de Estado da Proteção Civil tem trabalhado lado a lado com os principais agentes do sistema, procurando garantir que reforçamos o combate a este facto que se está a transformar já numa ameaça da segurança de peões que vivem, circulam e fazem a sua vida no espaço público, seja através do reforço das ações de fiscalização, das ações de sensibilização e da adequação da legislação, caso se revele necessário e naturalmente em termos proporcionais às necessidades.

Já comunicamos ao Senhor Presidente da 1.ª Comissão da Assembleia da República, a vontade e a disponibilidade para apresentarmos, nas próximas semanas, as linhas gerais da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária até 2030\_Visão Zero, com o objetivo de ouvir e colher os contributos das senhoras e dos senhores deputados. Um documento transversal que se encontra articulado com aquilo que são linhas fundamentais da própria comissão europeia em



relação a esta matéria. Recebemos contributos de toda a sociedade civil e gostaríamos que se constituísse como uma orientação global para os próximos anos em termos de segurança rodoviária.

Criar um ambiente rodoviário seguro nas suas diferentes dimensões e reduzir os números da sinistralidade devem ser os objetivos do Governo, mas, muito mais do que isso, devem ser objetivos de todos nós, de toda a sociedade e que nos devem convocar para que, em conjunto, possamos progredir com vista a um país onde a mobilidade deixe de representar um risco.

Comparando os números provisórios de 2019 com os de 2022, é possível verificar que houve menos 11.000 acidentes, menos 15 mortes, menos 93 feridos graves e menos 5.255 feridos leves. Naturalmente que estes números, sendo resultado de uma evolução, não devem deixar de nos interpelar. Não nos podemos resignar em relação aos números da sinistralidade, aos números dos acidentes, dos feridos graves, dos feridos ligeiros e mais grave ainda, relativamente ao número de vítimas mortais. São números que nos interpelam a fazermos mais, a fazermos melhor, quer como sociedade, quer como Estado. Tem de ser um trabalho de cooperação entre todos os níveis da administração e de sensibilização de toda a sociedade. Temos bem presente que só é possível mesmo identificar estrangulamentos para que possamos evoluir mais rapidamente se houver um verdadeiro espírito de todas as forças e serviços que integram esta estrutura que tem na Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária um ator que visa sensibilizar, informar e contribuir para a prevenção.



Este é também um esforço que tem de ser feito nas famílias, nas escolas, nas instituições, com o contributo decisivo dos Órgãos de Comunicação Social para apelar às atitudes e aos comportamentos responsáveis.

Há dimensões que têm vindo a ser objeto de uma grande preocupação dos autarcas. Tem que ver com o uso da mobilidade suave, das trotinetes, no centro das cidades e no espaço público. É importante, contudo, observar que já hoje os municípios portugueses têm em sede das posturas municipais a possibilidade de com aprovação das assembleias municipais regularem a velocidade e regularem o estacionamento. E naturalmente que há uma matéria que tem a ver com o licenciamento das entidades proprietárias desses meios de transporte. Desse ponto de vista, há uma proposta da Secretaria de Estado da Administração Local, para que seja colocada na autoridade local, nas autoridades municipais, o poder para esse licenciamento.

Mas é muito importante termos todos a consciência que hoje os municípios têm já os instrumentos no que respeita à regulação da velocidade e no que respeita às condições do estacionamento.

E por isso esta é mesmo uma matéria que nos interpela a uma cooperação reforçada, a vários níveis da administração, por isso é multinível, porque tem responsabilidades da administração central, serviços e forças de segurança da autoridade democrática do Estado e tem depois em diferentes níveis, ao nível das comunidades intermunicipais, ao nível dos municípios que podem naturalmente dar contributos para os termos da regulação, mas também para os termos, mais importante e a montante da sensibilização dos nossos cidadãos, em particular dos mais jovens para atitudes e comportamentos mais responsáveis no uso dos meios de mobilidade.



Termino, agradecendo Senhora Secretária de Estado da Proteção Civil, à sua equipa, à equipa da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, à Polícia de Segurança Pública e à Guarda Nacional Republicana e a todas as entidades que conosco contribuem para este esforço.

Uma palavra naturalmente para as Infraestruturas e Portugal porque são um parceiro insubstituível no que respeita às condições de segurança nas infraestruturas e também ao Instituto da Mobilidade, que é um instituto relevante para toda esta estratégia.

Muito obrigado a todos. Desejo que esta estratégia que hoje se realiza possa dar mais um contributo para o aperfeiçoamento dessa estratégia que irá até 2030 e que procura transpor para a ordem interna aquilo que são orientações da União Europeia, as melhores orientações e práticas internacionais, mas há que ter um olhar mais fino no que respeita à sua implementação nos diferentes territórios consoante, também, a perigosidade existente nas diferentes realidades territoriais do país. Para esse efeito um olhar muito atento, o olhar consciente, o olhar da experiência, de muitos dos que estão nestes painéis, e que hoje se pronunciarão, será mais um contributo importante para o aperfeiçoamento da nossa estratégia que dentro de dias levaremos à Assembleia da República, para podermos ter os contributos dos senhores deputados da 1ª Comissão e posteriormente faríamos duas reuniões, uma com a Área Metropolitana de Lisboa e outra com a Área Metropolitana do Porto para fechar com os autarcas estes nossos objetivos.

Entre os objetivos temos também a constituição, a nível municipal, e a nível intermunicipal, dos planos de segurança rodoviária porque bem sabemos que parte significativa da sinistralidade rodoviária está também dentro do espaço





urbano, dentro das cidades e é também aí, nesses bloqueios, nesses estrangulamentos, que é preciso trabalhar.

Muito obrigado e desejo-vos um bom dia de trabalho e foi com gosto que encontrei aqui muitas pessoas que já não via há muito tempo e que desde há muito trabalham nestes domínios. Muito obrigado pela presença e pelo contributo que também nos estão a dar!

Muito obrigado.